

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.432 - RN (2018/0309833-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : SERVIO TULIO DE BARCELOS - RN001085A**  
**JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RN001089A**  
**AGRAVADO : MARIA DA CONCEICAO CARVALHO COSTA**  
**ADVOGADO : MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA - RN007237**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra o juízo de admissibilidade que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. CONTRATOS BANCÁRIOS. MÚTUO. EMENTA DESCONTOS EM CONTA CORRENTE PARA PAGAMENTO DÍVIDA. POSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO A 30%. DOS VENCIMENTOS DO DEVEDOR. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. MULTA PARA A HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO. DA DECISÃO. ASTREINTE. VALOR RAZOÁVEL. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

A parte agravante sustenta que a multa diária foi fixada em valor exorbitante, merecendo redução. Afirmar que já cumpriu a determinação judicial, motivo por que é desnecessária a fixação da multa cominatória.

Acerca do tema, assim se manifestou a Corte de origem:

Acerca do valor da multa, nos ensina MARINONE que para cumprir sua finalidade intimidatória, a multa não pode ser imposta em valor que não seja suficiente para convercer o réu a adimplir, porque dependendo do valor estabelecido, pode ser "conveniente ao réu suportá-la para, livremente, praticar o ato que se deseja ver inibido" . [1] Contudo, também não pode ser tão excessiva a ponto de implicar enriquecimento injusto do devedor (REsp 793.491/RN, 4ª Turma, Rel. Min. César Asfor Rocha, DJe de 06/11/2006; REsp 1.060.293, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 18/03/2010), ou seja, seu valor não pode tornar-se mais interessante que o próprio cumprimento da obrigação principal.

No caso em exame, o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) fixado a título de multa, como forma de compelir o banco

agravante a cumprir a decisão agravada mostra-se proporcional e razoável, sobretudo se consideramos o porte da instituição bancária.

Com relação à multa diária, registro que não há interesse em postular a redução da multa cominatória pelo eventual descumprimento da decisão, se a recorrente sustenta que não há resistência à observância da ordem judicial. Por outro lado, se houver, ficará evidenciado que a multa não é elevada o suficiente para dissuadir a instituição financeira de adotar as providências necessárias para o cumprimento da decisão judicial.

De qualquer forma, assinalo que o valor da multa cominatória não é, nesta fase processual, definitivo, pois poderá ser revisto em qualquer fase processual, caso se revele excessivo ou insuficiente (Código de Processo Civil, art. 357, § 1º, I).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora